



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Direito Penal
(2.º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Penal V (Cibercrime e Prova Digital) – 2.º semestre – TAN

Docentes responsáveis

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas

Programa

Título I - APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Os instrumentos internacionais e supranacionais
2. A jurisprudência do TEDH
3. A jurisprudência do TJUE
4. Os direitos estrangeiros e o direito comparado
5. A Lei do Cibercrime

Título II - O CIBERCRIME

1. Os crimes informáticos da Lei do Cibercrime
2. Os crimes informáticos do Código Penal
3. Os crimes cometidos por meio de um sistema informático
4. Os crimes em relação aos quais seja necessário proceder à recolha de prova em suporte eletrónico

Título III - OS CRIMES INFORMÁTICOS EM ESPECIAL

1. A falsidade informática (art. 3.º LCib) vs. a falsificação de documento (art. 256.º CP)
2. O dano relativo a programas e outros dados informáticos (art. 4.º LCib) vs. o crime de dano (art. 212.º CP)
3. A sabotagem informática (art. 5.º LCib) vs. o crime de dano em instalações e perturbação de serviços (art. 277.º/1 d) CP) e o crime de sabotagem (art. 329.º CP)
4. O acesso ilegítimo (art. 6.º LCib)
5. A interceptação ilegítima (art. 7.º LCib)
6. A reprodução ilegítima de programa protegido (art. 8.º LCib)
7. A devassa por meio de informática (artigo 193.º CP)
8. A burla informática (artigo 221.º CP) vs. a burla clássica (art. 217.º CP)
9. Os problemas do concurso de normas e do concurso de infrações
10. A responsabilidade penal das pessoas coletivas e equiparadas (art. 9.º LCib)
11. A perda de bens (art. 10.º LCib) e a perda alargada

Título IV - A PROVA DIGITAL

1. O conceito e as especificidades da prova digital
2. O quadro legal vigente entre o CPP, a Lei do Cibercrime e a Lei n.º 32/2008, de 17 de julho
3. A jurisprudência do TJUE em matéria de conservação de dados de tráfego
4. A preservação expedita de dados (art. 12.º LCib)
5. A revelação expedita de dados de tráfego (art. 13.º LCib)
6. A injunção para apresentação ou concessão do acesso a dados (art. 14.º LCib)
7. A pesquisa e apreensão de dados informáticos (arts. 15.º e 16.º LCib)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8. A apreensão de correio eletrónico e de registos de comunicações de natureza semelhante (art. 17.º LCib)
9. A interceção de comunicações (art. 18.º LCib)
10. As ações encobertas digitais (art. 19.º LCib)
11. A monitorização on-line e a falta de norma habilitante
12. A investigação criminal na Dark Web
13. A utilização de armadilhas digitais
14. A prova digital obtida por particulares e investigadores privados

TÍTULO V – A CADEIA DE CUSTÓDIA DIGITAL

1. A cadeia de custódia e a validade da prova
2. O valor da privacidade defronte da recolha de prova digital (art. 8.º CEDH)
3. A jurisprudência do TEDH
4. As Federal Guidelines for Searching and Seizing Computers
5. A jurisprudência norte-americana
6. A Plain View Doctrine e a Cyberplain View

TÍTULO V - A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL

1. O acesso unilateral a dados armazenados em sistemas informáticos localizados no estrangeiro
2. O âmbito da cooperação judiciária internacional

TÍTULO VI - A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DIREITO

1. Os sistemas periciais de auxílio à decisão judicial
2. A representação e a formalização do conhecimento jurídico
3. Os Big Data e a investigação criminal
4. A mineração de dados relevantes para a questão de facto
5. Os sistemas de apoio à motivação da questão de direito
6. Os sistemas automáticos de decisão judicial e o problema do juiz-robô

TÍTULO VII – OS AGENTES INTELIGENTES E A RESPONSABILIDADE

1. As máquinas e a responsabilidade
2. Os veículos autónomos e o direito penal

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O programa visa estruturar a matéria do Cibercrime e da Prova Digital de maneira a dar conta da sua complexidade teórica e do seu relevo para a prática jurídica.

O programa está feito de forma a dar uma visão global da matéria, mas não foi concebido no pressuposto de que todos, nem sequer a maioria dos assuntos tenham de ser escolhidos pela turma para a elaboração dos relatórios individuais. Pelo contrário, o programa está construído como se fosse uma lista de temas sugeridos aos alunos para os relatórios. Naturalmente, os temas escolhidos pelos alunos poderão variar de um para outro ano letivo. As escolhas até poderão extravasar dos temas do programa, desde que mantenham com estes alguma relação forte e sejam suficientemente fundamentadas. Ainda assim, o programa servirá de cenário para que as escolhas dos alunos não reflitam somente as suas pré-compreensões sobre os temas da cibercriminalidade e da prova digital, mas revelem já abertura às discussões contemporâneas nestas temáticas.

Tal abertura às discussões contemporâneas é, ademais, garantida pela lecionação obrigatória de alguns dos temas estruturantes do programa pelo professor regente ou por especialistas convidados.

A aplicação do programa promove a constituição de um acervo que é acessível – designadamente através da criação de uma pasta coletiva na Dropbox – a todos os alunos da turma desde a fase dos projetos de investigação até à versão consolidada dos mesmos, não obstante os relatórios serem trabalhos rigorosamente individuais. O facto de a turma conhecer os projetos de investigação em curso não prejudica a desejável competitividade científica entre todos os alunos, uma vez que os temas escolhidos são diferentes, a menos que possa haver interesse científico e prático no tratamento paralelo de distintas facetas dos mesmos temas. Por exemplo, um aluno poderá tratar dos aspetos tecnológicos da monitorização on-line (considerando que os alunos do Curso de Mestrado em Segurança de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Informação e Direito no Ciberespaço não são licenciados em Direito) e outro poderá tratar da questão da falta de norma habilitante expressa para a monitorização on-line na ordem jurídica portuguesa (considerando que o alunos do Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica dominam naturalmente a problemática jurídica em causa). Terminada a avaliação dos alunos, o regente incentiva a publicação dos melhores relatórios em revistas que tenham revisão por pares (peer review), nacionais ou estrangeiras. A publicação contribuirá para o crescimento da massa crítica que já vai existindo entre nós no domínio da cibercriminalidade e da prova digital, além de que acalantar os alunos uma atitude de maior ambição científica, num contexto em que os resultados dependem sobremaneira do empenhamento de cada qual.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento (a partir do ano letivo 2018-2019), a avaliação numa UC do Mestrado em Direito e Prática Jurídica compreende os seguintes elementos de aferição de conhecimentos:

- a) Uma prova escrita de avaliação final obrigatória;
- b) Outros elementos de avaliação, escrita e/ou oral, a determinar pelo docente responsável pela UC.

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Regulamento, a classificação final decorre da atribuição de 50 % da ponderação à prova escrita e os restantes 50 % são preenchidos pelos elementos de avaliação determinados pelo docente responsável pela UC, incluindo a assiduidade as aulas.

Na falta de definição, pelo docente responsável pela UC, da assiduidade mínima relevante, funciona como critério supletivo o da frequência, pelo estudante, de, pelo menos, metade das aulas. É sempre realizada a chamada no final de cada aula e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

Na UC de Direito Penal V, é elemento da avaliação um relatório escrito final a apresentar por cada um dos estudantes inscritos, sendo tomadas em consideração para efeitos da avaliação também as pré-apresentações e apresentações orais dos relatórios ao longo do semestre letivo.

Também é avaliada a participação oral espontânea dos estudantes durante as aulas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Os tempos letivos, num total de cerca de 15 aulas com a duração de 2 horas por sessão, seguem um modelo de aulas teórico-práticas. A aula introdutória inclui apresentação do programa e método de ensino. As seguintes seis aulas estão a cargo do regente e de especialistas convidados. Há ainda uma aula dedicada ao método de elaboração de relatórios científicos. Nesta aula, o regente faculta aos alunos um modelo de folha de apoio (handout) para a pré-apresentação e um formato-padrão (template) para o relatório, os quais ficam imediatamente disponíveis na DropBox criada especificamente para a turma na UC de Direito Penal V do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica. A utilização de um formato-padrão facilita a harmonização formal de todos os trabalhos e faculta instruções mínimas sobre como fazer um trabalho de ciência jurídica.

As restantes aulas são preenchidas pela discussão dos trabalhos dos alunos.

Bibliografia principal

Portugal:

- AA.VV.,
(1999) Comentário Conimbricense do Código Penal (org.: Jorge de Figueiredo Dias), Tomo II, Coimbra: Coimbra Editora.
(2009) Direito Penal Hoje – Novos desafios e novas respostas (org.: M. Costa Andrade e R. Castanheira Neves), Coimbra: Coimbra Editora.
(2012) Comentário Conimbricense do Código Penal (org.: Jorge de Figueiredo Dias), Tomo I, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora.
(2012) Tratado de Lisboa – Anotado e Comentado (org.: Manuel Porto e Gonçalo Anastácio), Coimbra, Almedina.
(2019) Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais (org.: Paulo Pinto de Albuquerque), vols. I e II, Coimbra: Almedina.
(2019) Prova Penal Teórica e Prática (org.: Paulo de Sousa Mendes e Rui Soares Pereira), Coimbra: Almedina.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de,
(2011) Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 4.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.
(2015) Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 3.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.
- ANDRADE, Manuel da Costa,
(1992) Sobre as proibições de prova em processo penal, Coimbra: Coimbra Editora (reimp. de 2013).
(2009) “Bruscamente no Verão Passado”, a reforma do Código de Processo Penal – Observações críticas sobre uma Lei que podia e devia ter sido diferente, Coimbra: Coimbra Editora.
- ANTUNES, Maria João,
(2018) Direito Processual Penal, 2.^a ed., Coimbra: Almedina.
- BELEZA, Teresa Pizarro,
(1993) “A prova”, in: AA.VV., Apontamentos de Direito Processual Penal (org.: Teresa Pizarro Beleza), vol. II, Lisboa: AAFDL, pp. 145-158.
- BELEZA, Teresa Pizarro, e PINTO, Frederico de Lacerda da Costa,
(2014) Prova criminal e direito de defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal, Coimbra: Almedina.
- CALHEIROS, Maria Clara,
(2015) Para uma teoria da prova, Coimbra: Coimbra Editora.
- CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS,
(2008) “Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal: Estudos”, Revista do CEJ (1.^o Semestre de 2008, n.º 9/Especial).
- COSTA, José Francisco de Faria,
(1998) Direito penal da comunicação – Alguns escritos, Coimbra: Coimbra Editora.
- DIAS, Jorge de Figueiredo,
(1974) Direito Processual Penal, Coimbra: Coimbra Editora (reimp., 2004).
(2008) “Sobre a revisão de 2007 do Código de Processo Penal português”, RPCC 18, pp. 367-385.
(2009) “O processo penal português: Problemas e prospetivas”, in: AA.VV., Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português (org.: Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 805-819.
(2014) “Por onde vai o Processo Penal Português: Por estradas ou por veredas?”, in: AA.VV., As Conferências do Centro de Estudos Judiciários, Coimbra: Almedina, pp. 49-88.
(2019) Direito Penal – Parte Geral, Tomo I (Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime), 3.^a ed., Coimbra: Gestlegal.
- FERREIRA, Manuel Cavaleiro de,
(1956) Curso de Processo Penal, vol. II, Lisboa: Gomes & Rodrigues.
(1986) Curso de Processo Penal, vol. 1.^o, Lisboa: Danúbio, pp. 201-228.
- MENDES, João de Castro,
(1961) Do conceito de prova em processo civil, Lisboa: Ática.
- MENDES, Paulo de Sousa,
(2020) Lições de Direito Processual Penal, 6.^a reimp., Coimbra: Almedina (1.^a ed., 2013).
- MESQUITA, Paulo Dá,
(2010) Processo penal, prova e sistema judiciário, Coimbra: Coimbra Editora.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- NEVES, António Castanheira,
(1968) Sumários de Processo Criminal, Coimbra: Dactilog. por João Abrantes.
(1995) “Matéria de Facto – Matéria de Direito”, in: do mesmo A., Digesta – Escritos acerca do Direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros, vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 483-530.
- PALMA, Maria Fernanda,
(2004) “O problema penal do processo penal”, in: AA.VV., Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais (coord.: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 41-53.
(2006) Direito Constitucional Penal, Coimbra: Almedina.
(2014) “Introdução ao Direito da Investigação Criminal e da Prova”, in: AA.VV., Direito da Investigação Criminal e da Prova (coords.: Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias e Paulo de Sousa Mendes), Coimbra: Almedina, 2014, pp. 7-18.
(2014) “A teoria do crime como teoria da decisão penal e o Direito da Investigação Criminal”, in: AA.VV., Direito da Investigação Criminal e da Prova (coords.: Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias e Paulo de Sousa Mendes), Coimbra: Almedina, 2014, pp. 19-25.
(2019) Direito Penal – Parte Geral, A teoria geral da infração como teoria da decisão penal, 4.^a ed., Lisboa: AAFDL.
- PEREIRA, Rui,
(2009) “Entre o ‘garantismo’ e o ‘securitarismo’: A revisão de 2007 do Código de Processo Penal”, in: AA.VV., Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português (org.: Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 247-268.
- PINHEIRO, Rui, e MAURÍCIO, Artur,
(2007) A Constituição e o Processo Penal, reimp. 1.^a ed. 1976, Coimbra: Coimbra Editora.
- RODRIGUES, Anabela Miranda,
(2002) Para uma Política Criminal Europeia, Coimbra: Coimbra Editora.
(2008) O Direito Penal Europeu Emergente, Coimbra: Coimbra Editora.
- RODRIGUES, Benjamim da Silva,
(2011) Da prova penal – Da prova eletrónico-digital e da criminalidade informático-digital, t. IV, Lisboa: Rei dos Livros.
- SERRA, Adriano Vaz,
(1961) “Provas (Direito probatório material)”, BMJ 110, pp. 61-256.
- SILVA, Germano Marques da,
(2006) “A produção e valoração da prova em processo penal”, Revista do CEJ – Número Especial 4, pp. 37-53.
(2017) Direito Processual Penal Português, 2.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- SILVA, Sandra Oliveira e,
(2018) O arguido como meio de prova contra si mesmo, Coimbra: Almedina.
- SOUSA, Miguel Teixeira de,
(1995) As partes, o objeto e a prova na ação declarativa, Lisboa: LEX.
(2004) A prova em processo civil (Apontamentos do ano lectivo de 2003/2004), Lisboa: n. / publ.
- Direito Comparado:
- AA.VV.,
(2008) Proceso penal y sistemas acusatorios (org.: Lorena Bachmaier Winter), Madrid/Barcelona/Buenos Aires: Marcial Pons.
(2012) The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law (org.: Michel Rosenfeld e Andrés Sajó), Oxford: Oxford University Press.
(2016) Visions of Justice – Liber Amicorum Mirjan Damaska (org.: Bruce Ackerman, Kai Ambos e Hrvoje Sikiric),



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Berlin: Duncker & Humblot.

DAMASKA, Mirjan R.,

(2009) *The Faces of Justice and State Authority – A Comparative Approach to the Legal Process*, New Haven/London: Yale University Press.

(2013) *Evidence Law Adrift*, New Haven/London: Yale University Press.

DELMAS-MARTY, Mireille, e SPENCER, J. R.,

(2002) *European Criminal Procedures*, Cambridge: Cambridge University Press.

FERNANDES, Fernando,

(2001) *O processo penal como instrumento de política criminal*, Coimbra: Almedina.

THAMAN, Stephen C.,

(2008) *Comparative Criminal Procedure – A Casebook Approach*, 2.^a ed., Durham: Carolina Press.

Alemanha:

AMBOS, Kai,

(2016) *Ensaios de Direito Penal e Processual Penal*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

(2017) *Derecho Penal Europeo*, Navarra: Aranzadi/Thomson Reuters.

HASSEMER, Winfried,

(2004) “Processo Penal e Direitos Fundamentais”, in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org.: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 15-25.

ROXIN, Claus, e SCHÜNEMANN, Bernd,

(2019) *Derecho Procesal Penal* (trad. castelhana da 29.^a ed. alemã por Mario F. Amoretti e Darío N. Rolón, ver. por Ignacio F. Tedesco), Buenos Aires: Ediciones Didot.

Argentina:

JAUCHEN, Eduardo M.,

(2002) *Tratado de la prueba en materia penal*, Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni.

Brasil:

BADARÓ, Gustavo,

(2014) *Processo Penal*, 2.^a ed., Rio de Janeiro: Elsevier.

DALLAGNOL, Deltan Martinazzo,

(2015) *As lógicas das provas no processo – Prova direta, indícios e presunções*, Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MARINONI, Luiz Guilherme, e ARENHART, Sérgio Cruz,

(2015) *Prova e convicção de acordo com o CPC de 2015*, 3.^a ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza,

(2015) *Provas no Processo Penal*, 4.^a ed. ver., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense.

POLASTRI, Marcellus,

(2018) *A prova penal*, 4.^a ed., Salvador: JusPODIUM.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Espanha:

AA.VV.,

(2013) Estándares de prueba y prueba científica – Ensayos de epistemología jurídica (org.: Carmen Vázquez), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

(2016) Debatiendo con Taruffo (org.: Jordi Ferrer Beltrán e Carmen Vázquez), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

CLIMENT DURÁN, Carlos,

(1999) La prueba penal, Valencia: Tirant lo blanch.

FERRER BELTRÁN, Jordi,

(2007) La valoración racional de la prueba, Madrid: Marcial Pons.

MUÑOZ SABATÉ, Lluís,

(2001) Fundamentos de prueba judicial civil, Barcelona: Bosch.

SÁNCHEZ-VERA GÓMEZ-TRELLES, Javier,

(2012) Variaciones sobre la presunción de inocencia – Análisis funcional desde el Derecho penal, Madrid: Editorial Marcial Pons.

VÁZQUEZ, Carmen,

(2015) De la prueba científica a la prueba pericial, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

Itália:

AA.VV.,

(2007) La Prova Scientifica nel Processo Penale (org.: Luisella de Cataldo Neuburger), Padova: CEDAM.

FERRAJOLI, Luigi,

(2009) Diritto e ragione – Teoria del garantismo penale, 11.^a ed., Bari: Laterza.

(2013) Dei diritti e delle garanzie – Conversazione con Mauro Barberis, Bologna: il Mulino.

FIORE, Stefano,

(2007) La teoria generale del reato alla prova del processo, Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane.

MANNARINO, Nicola,

(2007) La prova nel processo, Padova: CEDAM.

STELLA, Federico,

(2005) Il giudice corpuscolariano – La cultura delle prove, Milano: Giuffrè.

TARUFFO, Michele, et al.,

(2009) “Fatto, prova e verità (alla luce del principio dell’oltre ragionevole dubbio)”, Criminalia, pp. 305-329.

(2013) Processo civil comparado – Ensaio (apres., org. e trad. por Daniel Mitidiero), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

(2014) A prova (trad. por João Gabriel Couto), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

TONINI, Paolo,

(2002) A prova no processo penal italiano (trad. por Alexandra Martins e Daniela Mróz da 4.^a ed. italiana), São Paulo: Revista dos Tribunais.

TONINI, Paolo, e CONTI, Carlota,

(2014) Il diritto delle prove penali, 2.^a ed., Milão: Giuffrè.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

TUZET, Giovanni,
(2016) Filosofia della prova giuridica, 2.^a ed., Torino: Giappichelli (1.^a ed., 2013).

Estados Unidos da América e Reino Unido:

AA.VV.,

(2004) The Trial on Trial – Truth and Due Process (org.: Antony Duff, Lindsay Farmer, Sandra Marshall e Victor Tadros), vol. I, Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing.

(2006) The Trial on Trial – Judgment and Calling to Account (org.: Antony Duff, Lindsay Farmer, Sandra Marshall e Victor Tadros), vol. II, Oxford and Portland, Oregon: Hart publishing.

(2007) The Trial on Trial – Towards a Normative Theory of the Criminal Trial (org.: Antony Duff, Lindsay Farmer, Sandra Marshall e Victor Tadros), vol. III, Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing.

(2009) Innovations in Evidence and Proof – Integrating Theory, Research and Teaching (org.: Paul Roberts e Mike Redmayne), Oxford: Hart Publishing.

(2010) Legal Evidence and Proof – Statistics, Stories, Logic (org.: Hendrik Kaptein, Henry Prakken e Bart Verheij), Farnham: Ashgate.

(2017) The Oxford Handbook of Law, Regulation and Technology (org.: Roger Brownsword, Eloise Scotford e Karen Yeung), Oxford: Oxford University Press.

(2018) Research Handbook on the Law of Artificial Intelligence (org.: Woodrow Barfield e Ugo Pagallo), Cheltenham, UK/Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing.

(2020) Routledge Handbook of International Cybersecurity (org.: Eneken Tikk e Mika Kerttunen), New York: Routledge.

ACHINSTEIN, Peter,

(2001) The Book of Evidence, Oxford: Oxford University Press.

BENTHAM, Jeremy,

(1825) A Treatise on Judicial Evidence (org.: Etienne Dumont), Book from the collections of Oxford University: J. W. Paget.

CRETACCI, Michael A.,

(2008) Supreme Court Case Briefs in Criminal Procedure, Lanham/Boulder/New York/Toronto/Plymouth, UK: Rowman & Littlefield Publishers.

GARDNER, Thomas J., e ANDERSON, Terry M.,

(2007) Criminal Evidence – Principles and Cases, 6.^a ed., Belmont, USA: Thomson Wadsworth.

GIANNELLI, Paul C.,

(2009) Understanding Evidence, 3.^a ed., New Providence/San Francisco: LexisNexis.

KAMISAR, Yale, LaFAVE, Wayne R., ISRAEL, Jerold H., e KING, Nancy J.,

(2003) Modern Criminal Procedure – Cases-Comments-Questions, 10.^a ed., St. Paul, MN: West Group (1.^a ed., 1965).

KAYE, David, et al.,

(2013) McCormick on Evidence, 7.^a ed. (Practitioner Treatise Series), St. Paul: Thomson Reuters.

STEIN, Alex,

(2005) Foundations of Evidence Law, Oxford/New York: Oxford University Press.

(2008) A Philosophy of Evidence Law – Justice in the Search for Truth, Oxford/New York: Oxford University Press.

STIENNON, Richard,

(2010) Surviving Cyber War, Lanham/Toronto/Plymouth, UK: The Scarecrow Press.

WEISSENBERGER, Glen, e DUANE, James J.,

(2009) Federal Rules of Evidence – Rules, Legislative History, Commentary, and Authority, 6.^a ed., Danvers, Mass.: LexisNexis.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa